

Boletim Fundo Amazônia, n. 29, ago. 2012

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



Agosto de 2012

Número 29

www.fundoamazonia.gov.br

BNDES aprova R\$ 65 milhões para Inventário Florestal na Amazônia

Serviço Florestal Brasileiro avaliará qualidade e quantidade das florestas

A Diretoria do BNDES aprovou, no âmbito do Fundo Amazônia, apoio de R\$ 65 milhões para o Serviço Florestal Brasileiro, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, destinados à implementação do Inventário Florestal Nacional (IFN) no Bioma Amazônia.

Esse levantamento permitirá conhecer a floresta por dentro e formar um panorama abrangente sobre a qualidade e as condições da cobertura florestal, hoje monitorada por fotos de satélite.

A pesquisa abrangerá uma área de cerca de 40% do território brasileiro. Serão coletados e analisados dados referentes a 6,5 mil pontos amostrais por mais de 1.500 profissionais, gerando, na região, trabalho e renda em atividades relacionadas ao meio ambiente.

O inventário no Bioma Amazônia será elaborado com base em uma metodologia padronizada, que já vem sendo adotada em outros inventários estaduais, permitindo a estruturação de um banco de dados único, que contribuirá para o desenvolvimento de uma economia de base florestal. Estão previstos mecanismos de divulgação das informações, conferindo transparência à sua implementação e ampliando o conhecimento a partir dos dados coletados.

Inventário Florestal Nacional – O IFN é uma ação do Governo Federal, com o intuito de conhecer as florestas de todo o país. Baseia-se na coleta de dados diretamente em campo, em locais previamente definidos, chamados de pontos amostrais. O último inventário florestal abrangendo todo o país foi realizado em 1983.



Crédito: Fábio Plotkowski/BNDES

Inventário analisará diversidade das espécies florestais da região

As informações sobre as espécies arbóreas existentes, o estoque de biomassa e carbono, a qualidade dos solos, o nível de degradação das florestas e a saúde e vitalidade das árvores propiciarão oportunidades de melhorias na formulação e na implementação de políticas públicas.

A base de dados a ser construída pelo IFN dará subsídios, dentre outros usos, à elaboração de políticas de combate ao desmatamento, de criação de unidades de conservação e de projetos que visem à redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD). Isso em razão de o projeto permitir estimar os estoques de carbono de áreas específicas, considerando, inclusive, a densidade da madeira.

Adicionalmente, serão realizadas entrevistas com a população local para conhecer o modo como vivem e se relacionam com a floresta.

Metodologia do Inventário Florestal Nacional

A metodologia do Inventário Florestal Nacional (IFN) é baseada em um modelo de amostragem sistemática, considerando uma grade regular de pontos amostrais de 20 km x 20 km, distribuídos em todo o território nacional. Em cada ponto da grade será instalada uma unidade amostral, que consiste de um conjunto de quatro subunidades de 20 m x 50 m cada. As unidades amostrais serão medidas a cada cinco anos.

A coleta de dados de campo inclui variáveis biofísicas da floresta e de avaliação do estado do meio ambiente local, bem como variáveis socioambientais coletadas por meio de entrevistas

para caracterização da forma como a população do entorno de cada ponto amostral utiliza e percebe os recursos florestais. Um componente adicional do IFN é a interpretação de imagens de satélite de alta resolução, em unidades de amostra de paisagem com dimensão de 10 km x 10 km. Entre as variáveis da paisagem a serem analisadas, estão a fragmentação da floresta, as mudanças na cobertura florestal, o uso e a cobertura da terra, a condição de áreas de preservação permanente (APP) ao longo dos rios e corpos d'água, conforme exigido por lei, e as árvores fora da floresta (AFF).

Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis entra em nova etapa

BNDES contabilizou o recebimento de 97 propostas

Encerrou-se no dia 26 de julho o prazo de inscrição para a Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis. Foram recebidas 97 propostas de instituições aglutinadoras de projetos de pequeno porte para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, relacionadas às seguintes categorias: Manejo florestal madeireiro e não madeireiro; Aquicultura e arranjos de pesca; e Sistemas agroecológicos e agroflorestais.

Os projetos inscritos passarão pela etapa de: (a) habilitação documental e avaliação cadastral preliminar, para depois passar pelas etapas de: (b) classificação e seleção; e (c) análise técnica e jurídica, conforme definido no item 7.1 da Chamada Pública, cujo regulamento encontra-se disponível no *site* do Fundo Amazônia.



Produção e plantio de mudas faz parte das atividades de manejo florestal

O BNDES informará os resultados de cada etapa através do *site* www.fundoamazonia.gov.br e dos próximos boletins de notícias.

BNDES aprova apoio do Fundo Amazônia para Porto de Moz, no Pará

Projeto visa apoiar o fortalecimento da gestão ambiental do município

A Diretoria do BNDES aprovou, no âmbito do Fundo Amazônia, apoio financeiro não reembolsável de R\$ 337 mil ao município paraense de Porto de Moz.

Os recursos serão destinados à estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e à elaboração de estudo de caracterização da parte do território municipal localizada no entorno da Reserva Extrativista Verde para Sempre. O estudo corresponde à fase inicial do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).

Para ampliar suas ações de monitoramento e fiscalização, a SEMMA construirá uma sede própria com área total de 85 m². O projeto prevê ainda a aquisição de equipamentos operacionais a serem utilizados nos trabalhos de campo, além de computadores, para auxiliar na parte administrativa.

O projeto contempla também a capacitação em georreferenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental. A fase inicial do ZEE a ser elaborada tem como objetivo orientar a ocupação dos espaços produtivos do município e promover o uso racional dos recursos naturais.

O município – A povoação de Porto de Moz começou em 1639, quando foi estabelecido o aldeamento Maturu. Com 34,8 mil habitantes, distribuídos em 17,4 mil km², Porto da Moz tem população concentrada em tradicionais comunidades ribeirinhas. Apesar de não estar no chamado “arco do desmatamento”, o município é considerado prioritário para aplicação de recursos do Fundo Amazônia, segundo critério definido pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), por situar-se em área de influência indireta de grande obra do PAC, no caso, a usina de Belo Monte.